



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº22/2018

----- Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano dois mil e dezoito, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Luis Filipe Santana Dias, João António Lopes Candoso, Miguel Filipe da Silva Santos, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo e Vera Alexandra da Costa Simões. -----

----- **JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS** -----

----- A Presidente da Câmara justificou a ausência do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto por motivos pessoais. -----

----- Pelas dez horas, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- Antecedendo o Período de Antes da Ordem do Dia, a Senhora Presidente deu conhecimento da necessidade de realizar uma reunião extraordinária da Câmara no dia 28 de novembro, pelas dez horas, para apresentação de candidaturas ao ALENTEJO 2020 – no âmbito de PORTUGAL 2020. -----

----- Deu ainda conhecimento que o prazo para apresentação das candidaturas decorrerá até ao dia 29 de novembro. -----

----- Todos os Vereadores concordaram com a data proposta para a realização da reunião extraordinária da Câmara. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APROVAÇÃO DE ATAS** -----

----- Não foram presentes atas para aprovação. -----

----- **DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA** -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: Dois milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e noventa e seis euros e cinquenta e três cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: Duzentos e setenta e sete mil, trezentos e oitenta e três euros e dez cêntimos. -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **ENCERRAMENTO DA UNIDADE CORONÁRIA DO HOSPITAL DE SANTARÉM;** -----

----- **AGENDA SOLIDÁRIA IPO 2019;** -----

----- **AGRADECIMENTO:** -----

----- **CONFERÊNCIA DE SANTO ANTÓNIO DE RIO MAIOR-SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO;** -----

----- **CONTRATO LOCAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL-3G** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA VERA ALEXANDRA DA COSTA SIMÕES** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção referindo-se ao Encerramento da Unidade Coronária do Hospital de Santarém e disse que ao falar com os Deputados Eleitos pelo Circulo de Santarém do Partido Socialista com assento na Assembleia da República tivera informação da existência de procedimentos a decorrer para que este assunto possa ser resolvido, não se confirmando este encerramento. -----

----- Quanto à 1ª. Gala do Desporto da Cidade de Rio Maior opinou que a mesma já se justificava, dado que sendo Rio Maior a cidade do desporto faz todo o sentido a sua realização, como forma do reconhecimento do excelente trabalho realizado por atletas, treinadores, dirigentes, clubes e associações. Disse ainda que foi com agrado que ouviu alguns atletas quando foram discursar dizerem: “sinto o reconhecimento a nível nacional e internacional, mas é ótimo em nossa casa receber este reconhecimento”. Parabenizou a iniciativa da realização desta Gala e a organização que esteve envolvida e sugeriu que em próximas Galas fossem convidadas algumas individualidades que fizeram parte do desenvolvimento do desporto em Rio Maior, assim como alguns atletas e treinadores que, em sua opinião, deveriam estar representados na Gala. -----

----- De seguida referiu-se aos maus cheiros que se têm feito sentir na cidade questionando se a Câmara Municipal já tem alguma informação por parte da entidade competente do Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente. Disse que esta é uma questão que não se aplica na cidade de Rio Maior, mas que é transversal a várias freguesias do concelho, sugerindo a elaboração de um plano de atuação que permita auscultar os vários intervenientes neste processo, contendo um conjunto de soluções que sejam consensuais no sentido de resolver este problema. -----

----- Por último lamentou a tragédia que ocorreu entre Borba e Vila Viçosa, acontecimento este que faz pensar e olhar para o território de Rio Maior, no sentido de analisar o que poderá estar em situação de perigo e exemplificou com o acesso ao IC2

na Asseiceira que esteve fechado, mas que reabriu não estando nas melhores condições. Também referiu as estradas do meio rural que dão acesso às freguesias onde existem várias casas devolutas e em risco de desabamento, árvores de grande porte desvitalizadas que podem ruir e causar acidentes críticos. Disse acreditar que a Câmara está atenta a este assunto sugerindo que se trace um diagnóstico do que efetivamente existe e que seja transversal a todas as freguesias para depois se poder fazer um plano de ação, salientando que se deve ser mais pré-ativo e menos pós-ativos apostando sempre na prevenção. -----

----- **VEREADOR MIGUEL FILIPE DA SILVA SANTOS** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção reportando-se à Gala do Desporto opinando que a cidade de Rio Maior já merecia um momento desta nobreza e opinou que a mesma foi um sucesso. Disse ainda que em futuras Galas poderá haver a necessidade de melhorar alguns pormenores, mas considerou que agora Rio Maior sabe reconhecer ainda melhor e com mais nobreza o movimento desportivo do concelho de Rio Maior. -----

----- Ainda no uso da palavra e dirigindo-se aos Vereadores do Partido Socialista disse que, quando noutros fóruns se falou de ambição, considerava que a Gala do Desporto se fez com a ambição certa e com a atitude que se deveria ter tido e no próximo ano também se irá fazer um bom trabalho.-----

----- Ainda no uso da palavra deixou uma palavra de reconhecimento a todos os técnicos por todo o esforço e por todo o empenho que dedicaram à realização da 1ª Gala do Desporto dizendo que sem eles seria impossível o êxito do referido evento.----

----- Terminou a intervenção referindo que partilhava os sucessos desta Gala com o Vereador Lopes Candoso que iniciou este processo. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção referindo-se ao encerramento da Unidade Coronária do Hospital de Santarém e disse que ficara chocada ao ler a missiva de uma médica do Hospital Distrital relativamente às preocupações da Unidade Coronária. Disse que esta preocupação deve atingir toda a área de influência do Hospital Distrital e reconhecia que a Senhora Presidente tem envidado todos os esforços no sentido de melhorar os serviços de saúde para os munícipes do concelho de Rio Maior. Disse que ficou mais descansada com a intervenção da Vereadora Vera Simões sugerindo que os Presidentes de Câmara das zonas envolventes pedissem um esclarecimento ao Governo e ao Ministério da Saúde, dado que, com o intuito de cortar despesas se está a por em risco a qualidade de vida da população regional e nacional, utilizando o “chavão governamental” de que se está a cuidar dos utentes e dos idosos. -----

----- Terminou a intervenção referindo que este tipo de acontecimentos na saúde, cada vez atinge uma população mais jovem, situação esta muito preocupante, daí considerar ser de todo impossível encerrar aquele serviço. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção reforçando as palavras da Vereadora Vera Simões relativamente aos acontecimentos ocorridos em Borba e lembrou que o licenciamento de uma pedreira depende de vários fatores entre eles a dimensão da mesma. As pedreiras antigamente eram licenciadas pela Direção Geral da Economia e atualmente pela Direção Geral da Energia. Disse que em Rio Maior não existem pedreiras licenciadas pela Câmara foram todas licenciadas pela Direção Geral da Economia ou pela Direção Geral da Energia e esclareceu que, caso existam obras dentro da pedreira estas podem ser licenciadas pela Câmara Municipal. Referiu ainda que em termos de competência o importante é saber se a legislação está a ser cumprida, sendo a fiscalização competência da ASAE e que a Câmara apenas pode ter uma fiscalização geral e no caso de detetar algum incumprimento terá sempre de enviar o auto de contraordenação para a entidade licenciadora dado ser esta que terá de atuar.-----

----- Terminou a intervenção referindo que as entidades que licenciam fazem a sua fiscalização, frisando mais uma vez que em Rio Maior não há pedreiras licenciadas pela Câmara Municipal. -----

----- **VEREADOR LUIS FILIPE SANTANA DIAS** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção reportando-se aos assuntos para conhecimento mostrando preocupação com a situação do Hospital de Santarém. De seguida agradeceu a informação prestada pela Vereadora Vera Simões que a todos sossega, ou seja o não encerramento da unidade coronária. Demonstrou preocupação pelo facto de se estar a verificar uma degradação em termos de qualidade nos serviços do Hospital de Santarém, bem como na sua quantidade e até na sua capacidade de resposta. Disse que esta questão é uma preocupação de todo o distrito, transversal a todas as forças políticas que têm demonstrado preocupação, dado o famigerado programa de cativações do Governo que, em sua opinião, está a levar a uma perda da qualidade dos serviços públicos quase transversal. Referiu que a Saúde é o exemplo mais gritante por ser uma área muito sensível para a população. Demonstrou preocupação com o rumo que esta gestão está a levar. -----

----- Relativamente à conferência de Santo António de Rio Maior-Sociedade de São Vicente de Paulo fez um agradecimento pessoal a todas as pessoas que compuseram esta Direção e que continuaram este trabalho. Referiu que tem o particular prazer de

trabalhar com a conferência de Santo António de Rio Maior há cerca de nove anos de forma mais direta enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior e agora na Câmara Municipal. Saliu o importante papel que esta instituição tem em Rio Maior, o seu trabalho insubstituível no concelho, a capacidade não só de resolver os problemas com o fornecimento de alimentos e roupa, mas também de sentir as “dores alheias”, mas sobretudo por serem tantas vezes o ombro amigo que que muitas dessas pessoas não têm. Frisou mais uma vez o seu humilde agradecimento pela capacidade que esta Conferência tem de fazer a diferença na vida das pessoas. -----

----- Continuou no uso da palavra e relativamente aos maus cheiros presentes na cidade referidos pela Vereadora Vera Simões disse que a sugestão do levantamento das perigosidades existentes no espaço público, foi solicitado no início deste mandato, havendo já um registo quase total dos pontos sensíveis existentes em todas as freguesias. Disse que esse levantamento foi feito pela Proteção Civil onde se incluiu o edificado em risco, as espécies vegetais de grande porte que possam estar em risco de queda ou de causar danos no espaço público. Disse que também foi pedido um levantamento das zonas urbanas onde existe perigo de incêndio, nomeadamente, prédios devolutos com mato ou infestantes, levantamento que vai permitir intervir e corrigir o património do espaço público. Disse ainda que este era um trabalho que ainda não tinha sido feito no concelho de forma tão sistematizada, apesar de ainda não terem resposta de todas as freguesias mas o pedido foi feito logo no início deste mandato e está catalogado. Informou também que o levantamento foi feito baseado num índice empírico de perigosidade, intervindo no que consideram mais urgente. Reforço as palavras da Vereadora Vera Simões quando esta diz que devemos ser pró-ativos referindo que a Proteção Civil se resolve na prevenção e não na resolução. -----

----- Seguidamente deu conhecimento que participou na décima terceira Expo-Conferência da Água que decorreu em Lisboa em conjunto com o Chefe de Divisão, Engº. Ricardo Rosário, referindo ser um espaço onde se reúnem os maiores “players” do setor e onde são discutidos os problemas, a resolução e os desafios que se apresentam para os anos seguintes. -----

----- Manifestou a sua preocupação sobre esta questão e referiu que foi feita a análise do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal – RASARP, relativo ao ano dois mil e dezassete onde foram identificadas muitas falhas, principalmente ao nível dos municípios. Disse que estes estão obrigados pela entidade reguladora ERSAR a informar regularmente o “estado da nação” em termos de qualidade das intervenções na rede. Disse ainda que muitos municípios optam por não responder ou responder com dados fictícios a estas solicitações, constatando-se que os municípios têm muitas falhas na informação prestada. Referiu também que os municípios têm investido muito pouco

nas suas redes referindo que as boas práticas recomendam que haja um volume de investimento de seis por cento em novos investimentos na manutenção da rede, o que não acontece. -----

----- Ainda sobre esta matéria referiu que foi transmitida uma péssima imagem da gestão direta municipal, transversal a todo o País, com maus resultados e com perdas altíssimas, havendo concelhos que ultrapassam os oitenta por cento de perdas no serviço de águas. Também se verifica haver há muita água consumida que não é faturada, consumos autorizados não faturados e nem sequer medidos. Disse que nesta conferência foi feito um retrato municipal “muito negro” a nível nacional.-----

----- Referiu que outra preocupação que existe se refere ao facto de estar em preparação uma revisão da diretiva da qualidade da água e referiu que foi dito nesta conferência que em Portugal existe a ideia de que a água da torneira é segura. Mencionou que o País tem trabalhado nesse sentido e que não obstante vão ser colocados ainda mais limites à presença de vários elementos e irão ser introduzidas novas análises a várias bactérias como a *legionella*. Reforçou que a diretiva da água vai ser revista para ser mais exigente o que dará às entidades gestoras responsabilidades acrescidas. -----

----- Continuou a intervenção reportando-se a outro aspeto importante do setor da água e que é um desafio para os anos que aí veem, ou seja a utilização das águas residuais tratadas, fazendo o reaproveitamento das mesmas, citando uma frase do Professor João Levy que sintetiza esta situação, “deixar de considerar as ETAR’s como meras estações de tratamento e passar a considera-las como fábricas de água”, opinando que esta outra visão sobre o tratamento de águas visa aproveitar as mesmas para sanitários, e regas. Disse que este tipo de águas é uma situação que todos defendem mas que tem obviamente alguns “calcanhares de Aquiles” referindo que para além do alto investimento que é necessário quer no espaço público, quer no edificado, apesar de já existir em Portugal edificado a trabalhar com duas linhas de água completamente separadas, ou seja com duas redes em que o edificado tem uma rede de abastecimento normal de água potável e depois uma rede de água que não sendo potável para consumo, reúne algumas condições para outras utilizações. Salientou que, como se deve imaginar, corrigir a rede de abastecimento do edificado existente é um investimento imenso, assim como no espaço público o investimento é igualmente grande, salientando que será um grande desafio porque mudar este paradigma exigirá uma grande alteração do espaço público. -----

----- Ainda sobre esta matéria referiu que o objetivo é estender os casos piloto deste tratamento de águas residuais para usos exteriores num curto espaço de tempo às cinquenta maiores ETAR’s do País. Referiu também que quando se falou no possível

fornecimento desta água, também foi referido que apesar de ser um caminho que tem de ser seguido, nem os municípios nem os cidadãos devem pensar que irão ter esta água à disponibilidade a um preço baixo e opinou ser difícil para o “comum dos mortais” entender que o reaproveitamento das águas tratadas de uma ETAR que se entende ser um produto de segunda, tenha um preço alto. Referiu que a leitura que faz é existirem propostas com mínimos de consumo à semelhança do que existiu de forma catastroficamente danosa com o fornecimento de água potável em Rio Maior, quando existiram todos aqueles mínimos para pagar das Águas do Oeste ainda que não fossem consumidos. -----

----- Continuou a intervenção referindo que depois de explanado tudo o que dissera anteriormente era expectável que houvesse por parte do Governo, depois de ser feito um levantamento tão negro dos municípios e do estado das condutas de águas, a implementação de uma política que potenciase o investimento nas redes de água, no entanto a intervenção do Secretário de Estado do Ambiente, Carlos Martins, afirmou que não haverá financiamento para os investimentos municipais nas redes. Em sua opinião a leitura que se pode fazer é que a água é o negócio do século e será o negócio do século dos anos futuros, referindo que isto potencia que se continue a alimentar o oligopólio das águas para cinco ou seis “*players*” dominarem o setor em Portugal. Disse que é com tristeza que vê não haver abertura para que os municípios possam corrigir as suas práticas, possam fazer investimentos por forma a serem autossustentáveis no setor das suas águas e permitir que se promova a agregação como linha única de resolução. Referiu ainda que não defende que a agregação seja uma má política, considerando que a mesma é efetivamente a solução, considerando que há municípios com capacidade técnica para fazerem a sua gestão e com as políticas seguidas será impossível. Resumiu com três palavras fortes: agregação, manutenção de oligopólio e negócio do século, salientando que Rio Maior com as características do sistema de abastecimento de água que tem, tem muitas deficiências, mas está a trabalhar constantemente para as corrigir.-----

----- Terminou a intervenção referindo que o que se passa nos municípios do País é preocupante mesmo comparando com as más condições que Rio Maior tem, resultando desta Conferência ainda uma maior preocupação com o município de Rio Maior sobre esta matéria.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Iniciou a intervenção reportando-se à Gala do Desporto e referiu que a sua realização foi um compromisso assumido pela Coligação, referindo que posteriormente já tivera oportunidade de conversas com individualidades que trabalham o desporto todos os dias tais como Institutos, Comité Olímpico, Secretaria de Estado e Ministro que

tutela a Educação e o Desporto, salientando que futuramente iriam convidar as entidades parceiras, tais como o Desporto Nacional que é parceiro no concelho e na Desmor e o Desporto Internacional que também são clientes na Desmor, sendo desta forma que se pode trabalhar para os munícipes colocando à sua disposição todas as instalações desportivas.-----

----- Salientou que alguns dos atletas que foram reconhecidos pelos resultados alcançados consideraram que faltava esta Gala em Rio Maior, a qual se reportou ao ano desportivo de dois mil e dezassete/ dois mil e dezoito referindo também que foram levantadas questões referentes à participação de outros atletas olímpicos e informou que esta Gala tem um Regulamento aprovado e a Câmara cumpriu esse regulamento. Reconheceu que foi uma Gala com bastante brilho e muito *glamour* como os desportistas, dirigentes e clubes merecem. -----

----- Seguidamente referindo-se aos maus cheiros existentes na cidade disse, como já dissera na Assembleia Municipal que está a ser elaborado um trabalho pela técnica do ambiente Vera Machado. Referiu que mediante as reclamações que têm surgido e pelo mau cheiro que se tem sentido na cidade existem já duas situações identificadas que têm sido reportadas para as entidades competentes. Informou que uma situação foi detetada na sequência de uma vistoria e foram dados trinta dias a essa empresa para procederem à execução das medidas corretivas necessárias e caso a empresa não proceda em conformidade a Câmara irá tomar medidas. Informou ainda que esta situação se prende com descargas de afluentes na ribeira de São Gregório de cor vermelha escura e com um forte cheiro a vinho. A outra situação está relacionada com uma pecuária localizada no Cidral, frisando o trabalho que tem sido feito pelos serviços da Câmara em colaboração com SPNA, aguardando-se o ponto de situação. Explicou que a competência da Câmara nestas explorações se prende com o licenciamento do edificado, dado que o licenciamento da exploração não depende da Câmara, mas sim de outras entidades que têm que informar se estas explorações estão a agir em conformidade para poderem continuar com o seu licenciamento. -----

----- Continuou a intervenção referindo que quando se vê catástrofes noutros locais há tendência para se fazer a leitura das situações mais graves que possam existir no concelho. Disse que este trabalho da análise da perigosidade está assegurado pela Proteção Civil e pela área do Urbanismo caso se torne necessário resolver alguma situação que possa surgir. Disse também que a situação do IC2 ´tem sido reportada constantemente e lembrou que, caso esta zona não tivesse sido intervencionada poderia ter surgido uma situação muito mais grave. Ainda relativamente ao IC2 disse que a recuperação que foi feita é provisória e que se aguarda uma intervenção em definitivo. Disse que este assunto é colocado sempre que se tem de perguntar o ponto

da situação referindo que não se trata só do Nó, mas de toda a via até junto da freguesia da Benedita. -----

----- Seguidamente disse que no Plenário do Conselho Local da Ação Social fez um agradecimento à Conferência de São Vicente de Paulo, à sua Direção e aos Órgãos Diretivos anteriores e desejou que a nova direção venha com o mesmo espírito que os “vicentinos e a Conferência têm”. Disse que esta Conferência tem sido um parceiro fortíssimo da Câmara e muito importante como entidade gestora do Fundo Municipal de Emergência Social destinado a ajudar nas dificuldades sentidas pelos mais desfavorecidos. -----

----- Quanto ao CLDS 3G disse que o Centro de Educação Especial “O Ninho” foi um parceiro importantíssimo deste município em todos os projetos que se vão desenvolvendo e também eles reconhecem o trabalho que a Câmara tem feito no apoio à atividade que desenvolvem. Disse que o CLDS 3G foi mais um programa com que o Governo acabou na esperança de criar um novo programa que contemple situações de desemprego mas também todo um atendimento e acompanhamento em situações da colocação de jovens e num conjunto de outras atividades. Lembrou que no último plenário foi aprovado o relatório de atividades necessário para o fecho desta candidatura. Disse que o concelho de Rio Maior ficou mais desprotegido com o término deste programa esperando que o Governo encontre outra solução para o substituir ou então que lhe possa dar continuidade. -----

----- Relativamente ao encerramento da Unidade Coronária do Hospital de Santarém disse esperar que os Senhores Deputados estejam devidamente informados e corretos porque o encerrar desta unidade é mais uma situação a acrescentar a tantas outras deste Hospital e exemplificou com o bloco operatório. Disse ainda que o Conselho de Administração do Hospital de Santarém foi recebido pela Comunidade Intermunicipal onde foi referindo que no momento a situação está insustentável.-----

----- Terminou a intervenção afirmando que defende o Serviço Nacional de Saúde e espera que esta situação seja só um mau momento na expectativa que Governo que tanta “bandeira” faz do Serviço Nacional de Saúde possa ultrapassar a situação a curto prazo, nomeadamente no Orçamento de estado de dois mil e dezanove. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- (Não foram presentes Despachos para ratificação) -----

----- **PONTO II – APOIO FINANCEIRO – GRUPO DE AMIGOS DA VILA DA MARMELEIRA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face do pedido e da

informação n.º 54/2018 de 14/11 UOPEAFPC, aprovar nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei 75/2013 de 12/09, a atribuição de um apoio financeiro para o Grupo dos Amigos da Vila da Marmeleira, para a conservação/restauro e adaptação da piscina e áreas de apoio, no valor de 5.000,00€. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA VERA ALEXANDRA DA COSTA SIMÕES** -----

----- Iniciou a intervenção parabenizando o Grupo de Amigos da Vila da Marmeleira pela passagem de mais um aniversário no passado mês de outubro e disse que é uma instituição que se constituiu sem fins lucrativos existindo desde mil novecentos e cinquenta. Referiu que a sua intervenção é transversal ao presente ponto e aos pontos III e IV e disse que iria votar favoravelmente os três pontos por entender que os apoios à cultura, ao desporto e ao associativismo potenciam inequivocamente, entre outros aspetos, a promoção de valores e o desenvolvimento local. -----

----- Disse ainda que nas reuniões em que tem participado foram presentes sempre um ou mais pontos com apoios financeiros desta natureza e opinou que deve existir um Regulamento que contemple que estas instituições possam fazer e apresentar as suas candidaturas e os seus planos com um *timing* definido para o efeito, dado que estes pedidos são de carácter excepcional, no entanto tem-se apercebido que recorrentemente existem estes pedidos de apoio e, por uma questão de equidade, questionou se existe algum tipo de avaliação, critérios e indicadores para viabilizar estes pedidos. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para informar que são situações pontuais que são presentes a Reunião de Câmara e que não estão no âmbito do Contrato Programa que a Câmara tem com o movimento associativo e esclareceu que estes apoios são para investimento e os outros são para o desenvolvimento da sua atividade. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- Declaração de Voto do Vereador **Luis Filipe Santana Dias, subscrita pela Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo** que se transcreve na íntegra: -

----- “Salientar aqui o papel do associativismo no concelho de Rio Maior. Considero desde sempre que o associativismo desempenha um papel fundamental na sociedade e a sociedade riomaiorense não é exceção porque muitas vezes pensamos nas associações apenas como fazedores de festas, mas na verdade as associações são muito mais do que isso. Para quem gere a “coisa pública” a associação reveste-se de uma importância fundamental porque são o primeiro polo de cidadania junto de populações que tantas vezes nada mais tem do que a sua associação e que são tantas vezes o único ponto de encontro da comunidade nas terras onde se inserem. Muitas vezes são o único café aberto, são o único dinamizador cultural e, portanto todo e

qualquer apoio que este município ou qualquer outro possa prestar ao desenvolvimento da atividade dos mesmos, e, muitas vezes, para poderem desenvolver a sua atividade de forma condigna precisam de ter instalações com essas condições, daí que o município deverá partir sempre de uma base de apoio justa e que se revele essencial à qualidade de vida das populações.” -----

----- **PONTO III – APOIO FINANCEIRO – ASSOCIAÇÃO RECREATIVA CULTURAL E DESPORTIVA DE RIBEIRA DE SANTO ANDRÉ** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face do pedido e da informação n.º 55/2018 de 16/11 UOPEAFPC, aprovar nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei 75/2013 de 12/09, a atribuição de um apoio financeiro para a Associação Recreativa Cultural e Desportiva de Ribeira de Santo André, para remodelação do espaço coberto da Associação, no valor de 5.000,00€.. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- Declaração de Voto do **Vereador Luis Filipe Santana Dias, subscrita pela Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo** que se transcreve na íntegra: -

----- “Salientar aqui o papel do associativismo no concelho de Rio Maior. Considero desde sempre que o associativismo desempenha um papel fundamental na sociedade e a sociedade riomaiorense não é exceção porque muitas vezes pensamos nas associações apenas como fazedores de festas, mas na verdade as associações são muito mais do que isso. Para quem gere a “coisa pública” a associação reveste-se de uma importância fundamental porque são o primeiro polo de cidadania junto de populações que tantas vezes nada mais tem do que a sua associação e que são tantas vezes o único ponto de encontro da comunidade nas terras onde se inserem. Muitas vezes são o único café aberto, são o único dinamizador cultural e, portanto todo e qualquer apoio que este município ou qualquer outro possa prestar ao desenvolvimento da atividade dos mesmos, e, muitas vezes, para poderem desenvolver a sua atividade de forma condigna precisam de ter instalações com essas condições, daí que o município deverá partir sempre de uma base de apoio justa e que se revele essencial à qualidade de vida das populações.” -----

----- **PONTO IV – AQUISIÇÃO DE 4 VITRAIS PARA A IGREJA MATRIZ DE RIO MAIOR – PROJETO DE DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO E DESIGNAÇÃO DE GESTOR DO CONTRATO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face ao projeto de decisão elaborado pelo Gabinete Jurídico e Contratação Pública, deliberar: -----

----- A adjudicação aquisição de bens em apreço à concorrente Maria Amélia Ferreira Pereira, pelo montante de € 15 824 (quinze mil e oitocentos e vinte e quatro euros) valor ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor. -----

----- Que, nos termos do n.º 2 do artigo 77º do CCP, a adjudicatária seja notificada para, no prazo de 5 dias a contar da data da notificação de adjudicação apresentar os documentos de habilitação exigidos no Artigo 18º do convite do procedimento. -----

----- Mais deliberou, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 290º-A do CCP, designar gestora do contrato a Técnica Superior Sandra Vieira. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- Declaração de Voto do **Vereador Luis Filipe Santana Dias, subscrita pela Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo**, que se transcreve na íntegra:

----- “Salientar aqui o papel do associativismo no concelho de Rio Maior. Considero desde sempre que o associativismo desempenha um papel fundamental na sociedade e a sociedade riomaiorense não é exceção porque muitas vezes pensamos nas associações apenas como fazedores de festas, mas na verdade as associações são muito mais do que isso. Para quem gere a “coisa pública” a associação reveste-se de uma importância fundamental porque são o primeiro polo de cidadania junto de populações que tantas vezes nada mais tem do que a sua associação e que são tantas vezes o único ponto de encontro da comunidade nas terras onde se inserem. Muitas vezes são o único café aberto, são o único dinamizador cultural e, portanto todo e qualquer apoio que este município ou qualquer outro possa prestar ao desenvolvimento da atividade dos mesmos, e, muitas vezes, para poderem desenvolver a sua atividade de forma condigna precisam de ter instalações com essas condições, daí que o município deverá partir sempre de uma base de apoio justa e que se revele essencial à qualidade de vida das populações.” -----

----- **PONTO V – AUXÍLIOS ECONÓMICOS AO 1º. CICLO – ANO LETIVO 2018/2019** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação nº 33/SUASE/2018, autorizar a transferência de verba no valor de 33,60€ para o Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva, referentes a auxílios económicos ao 1ºciclo. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO VI – TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS PARA OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS -**

ANO LETIVO 2018/2019-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação nº 32/SUASE/2018: -----

----- Autorizar para o ano letivo 2018/2019, a transferência de verbas no valor de 4.175,00 €, para os agrupamentos de escolas, sendo que o valor para o Agrupamento Fernando Casimiro Pereira da Silva é de 2.225,00 € e para o Agrupamento Marinhas do Sal 1.950,00 €; -----

----- Aprovar a celebração das respetivas adendas ao protocolo celebrado entre o Município e os Agrupamentos de Escolas. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. -

----- **PONTO VII – OPERAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO DE DÍVIDA, AO ABRIGO DO ART.º 101, DA LOE2018, DESTINADA À LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO EMPRÉSTIMO CONTRAÍDO JUNTO DA DGTF, DENOMINADO POR PAEL – APROVAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação nº 14/2018/AL/UF e Parecer do Chefe da Unidade Financeira, aprovar as cláusulas contratuais do contrato de financiamento apresentado pelo banco Santander Totta, relativo à Operação de Substituição de Dívida ao abrigo do art.º 101, da LOE2018, destinada à liquidação antecipada do empréstimo contraído junto da DGTF, denominado por PAEL. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VIII – NOMEAÇÃO DE NOVA COMISSÃO DE VISTORIAS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face á informação e Parecer da Chefe da UUPOTEP, datado de 16/11/2018, aprovar a composição da Comissão de Vistoria, constituída pelos Técnicos: -----

----- 1- Maria Clara Nota Ramalho Esperto, Arq.^a – Chefe da UUPOTEP -----

----- 2- Ricardo Nuno Bento do Rosario, Eng^o - Chefe da UOPEAFPC -----

----- 3- Bárbara Sofia Vieira Parriha Fernandes, Arq.^a -----

----- Em Regime de substituição: -----

----- 1- Francisco Jose Ferreira Serra, Eng.^o -----

----- 2- Francisco Manuel Rodrigues Silvestre, Fiscal Municipal -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO IX – CERTIDÃO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO, SITA EM FONTE LONGA – ALCOBERTAS - FREGUESIA DE ALCOBERTAS PROCESSO Nº.152/2017** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, concordar com os fundamentos constantes no parecer da Chefe da UUPOTEP de 19/11/2018, reconhecendo o interesse público municipal na regularização da ampliação das instalações da exploração pecuária, dado tratar-se de uma atividade que de forma inequívoca irá potenciar o desenvolvimento económico e social da região, e submeter o assunto à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com a **abstenção** da Vereadora Vera Alexandra da Costa Simões. -----

----- Declaração de Voto da **Vereadora Vera Alexandra da Costa Simões**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Eu abstive-me porque tenho reservas sobre a justiça desta norma e o que ela representa de facto. Estas situações devem ter, na minha opinião, um carácter muito, muito excecional e, efetivamente, representarem interesse relevante para o município e para os seus munícipes” . -----

----- **PONTO X – CERTIDÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO, SITA EM FREIRIA – RIO MAIOR - FREGUESIA DE RIO MAIOR - PROCESSO Nº.253/2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação da Topografia de 07/11/2018 e parecer da Chefe da UUPOTEP de 16/11/2018, certificar que o prédio inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 45 da Secção AU da freguesia de Rio Maior, é atravessado, e consequentemente dividido, por arruamento público integrado nas infraestruturas várias e pedonais existentes no perímetro urbano de Rio Maior, denominado como Avenida de Portugal. Para a construção dos arruamentos públicos (passeios, arruamento e ciclovias), foi cedido ao domínio público a área de 1.763,00m². -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XI – CERTIDÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO, SITA EM FREIRIA – RIO MAIOR - FREGUESIA DE RIO MAIOR - PROCESSO Nº.254/2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação da Topografia de 07/11/2018 e parecer da Chefe da UUPOTEP de 16/11/2018 certificar que o prédio inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 44 da Secção AU da freguesia de Rio Maior, é atravessado, e consequentemente dividido, por arruamento público integrado nas infraestruturas várias e pedonais existentes no perímetro urbano de Rio Maior, denominado como Avenida de Portugal. Para a construção dos arruamentos públicos (passeios, arruamento e ciclovia), foi cedido ao domínio público a área de 1.665,00m2. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XII – CERTIDÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO, SITA EM CASAL DO PINHEIRO – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SÃO JOÃO DA RIBEIRA E RIBEIRA DE SÃO JOÃO - PROCESSO Nº.257/2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação da Topografia de 07/11/2018 e parecer da Chefe da UUPOTEP de 16/11/2018, certificar que o prédio misto, registado na C.R.P. de Rio Maior sob o n.º 543/19961123 e inscrito na matriz predial sob os artigos n.º 635 (urbano) e 21 da secção T (rustico) da União de Freguesias de S. João da Ribeira e Ribeira de S. João, é atravessado, e consequentemente dividido, por um arruamento público, integrado nas infraestruturas várias existentes no interior do perímetro urbano de São João da Ribeira, denominado como Rua João Pinheiro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XIII – PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS, REFERENTE À VISTORIA PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E SALUBRIDADE - PROCESSO N.º6/2010** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face ao Parecer da Chefe da UUPOTEP, de 14/11/2018, prorrogar o prazo por mais 60 dias, para os proprietários da edificação, procederem de acordo com o deliberado em Reunião de Câmara de

24/08/2018. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XIV – AQUISIÇÃO DO CAPACETE DE CRISTAL – “PRÉMIO BOMBEIRO DE MÉRITO – COMANDANTE DO QUADRO DE HONRA DR. EDUARDO AGOSTINHO”**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar a atribuição de apoio à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Rio Maior, no montante de 541,80€ (quinhentos e quarenta e um euros e oitenta cêntimos), nos termos da informação n.º 5/SC-UAECVCH-2018. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- Declaração de Voto do **Vereador Luis Filipe Santana Dias, subscrita pela Senhora Presidente**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Salientar a importância de uma forma geral e abrangente a importância do reconhecimento do mérito. Creio que a meritocracia continua a ser uma grande forma de desenvolver as sociedades e informar, para os mais desatentos, que o distrito de Santarém de uma forma geral é reconhecido em Portugal como um distrito em que os seus corpos de bombeiros reúnem condições de formação, de equipamentos, de disponibilidade e do saber fazer muito acima da média Nacional, e dentro do distrito de Santarém a Corporação de Bombeiros e o Corpo de Bombeiros de Rio Maior distingue-se positivamente das outras. Quero eu dizer com isto, e numa análise relativamente rápida, que será fácil perceber que o Corpo de Bombeiros de Rio Maior está acima da média e por vezes não damos muita importância a isto por ser um concelho pequeno e por termos a ideia de ser pequeninos e de ter as “vistas curtas” em reconhecer a excelência daquilo que de melhor temos. Efetivamente o Corpo de Bombeiros de Rio Maior será a nível Nacional dos Corpos de Bombeiros mais bem equipados e sobretudo mais bem preparados e formados para as diversas adversidades com que trabalham. Assim sendo é de elementar justiça que Rio Maior e o seu município participem ativamente no reconhecimento do trabalho dos nossos Bombeiros e no investimento que os próprios Bombeiros fazem para poderem prestar todos os dias o melhor serviço possível. Relembro facto não menos importante, que os nossos Bombeiros são Voluntários e contrariamente aos Bombeiros Municipais que Rio Maior não tem, estes têm mais disponibilidade para participar na sua formação, mas continuam a ser os Voluntários a dar cartas em qualquer teatro de operações e em qualquer formação. O

meu agradecimento a todos eles” .-----

----- **PONTO XV – APOIO FINANCEIRO - ASSOCIAÇÃO CULTURAL, RECREATIVA E DESPORTIVA DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar a atribuição de um subsídio no montante de 9.000,00€ (nove mil euros) à Associação Cultural, Recreativa e Desportiva dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Rio Maior, com vista à organização da Festa de Natal dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Rio Maior e atribuição de Prendas aos Filhos dos mesmos, até aos 12 anos de idade, inclusive. ----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- Declaração de Voto do **Vereador Luis Filipe Santana Dias, subscrita pela Senhora Presidente**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “De todo o trabalho desenvolvido pela Associação de Trabalhadores da Câmara Municipal, um pormenor de classe, dizer que esta Direção é composta só por Senhoras o que faz com que os homens se sintam, obviamente no melhor sentido possível da palavra, ameaçados, porque elas cada vez mandam, efetivamente mais, e o sinal que as coisas devem ser mais assim é que elas têm feito efetivamente um excelente trabalho. Dizer também que na minha esquerda tenho o especial prazer de ter também uma Senhora a conduzir os destinos do município, a chefiar esta equipa e os bons resultados estão à vista, portanto, humildemente reconhecer e vergar-me perante as Senhoras e reconhecer o excelente trabalho que efetivamente têm feito. Agradecer não só à direção desta festa que acaba por ser a “cereja no topo do bolo” mas todo o trabalho que vão desenvolvendo ao longo do ano no apoio aos nossos trabalhadores e na ligação que fazem entre todos. Muito obrigado por tudo. Esta Direção foi recentemente eleita, ontem foi a tomada de posse desta nova Direção que acaba por ser uma continuidade da Direção anterior e o excelente trabalho que já vinham fazendo é expectável que continue. Da minha parte inteiramente disponível para fazer sempre parte da solução e estar do vosso lado quando for preciso alguma coisa”. -----

----- **PONTO XVI – ANULAÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, considerando o parecer do Gabinete Jurídico e Contratação Pública, datado de 04.10.2018, proceder à anulação de execução fiscal, respectivas custas e juros devidos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XVII – ANULAÇÃO DE DÍVIDA DE ÁGUA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, considerando o parecer do Gabinete Jurídico e Contratação Pública, datado de 16.10.2018, proceder à anulação da dívida de água respeitante aos meses de agosto a outubro de 2015, no valor total de 43,07€ -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do nº 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram onze horas, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A COORDENADORA TÉCNICA: _____